

Vértice	Meridiana (m)	Perpendicular (m)
4 .....	-88406,7660	-117024,7790
5 .....	-89441,8940	-116805,6950
6 .....	-89361,6310	-116117,0320
7 .....	-89080,1050	-116150,6940
8 .....	-89014,7110	-116429,6630
9 .....	-88597,8720	-116251,1960
10 .....	-88511,7590	-116349,7900
11 .....	-88642,0420	-116561,6360
12 .....	-88930,4700	-116562,5770

**Área B — 136,9678 ha**

Vértice	Meridiana (m)	Perpendicular (m)
1 .....	-88814,3290	-117254,2010
2 .....	-88804,1260	-117635,0220
3 .....	-88093,9680	-117604,0140
4 .....	-88066,5920	-117719,3840
5 .....	-88102,4820	-117785,6810
6 .....	-88086,4230	-118056,3450
7 .....	-88174,0840	-118179,3930
8 .....	-88279,2870	-118244,2670
9 .....	-88510,1420	-118343,4680
10 .....	-88508,7590	-118409,6710
11 .....	-88825,6760	-118793,0570
12 .....	-89342,9110	-119047,7200
13 .....	-89472,1870	-118789,8220
14 .....	-89505,4980	-118683,0290
15 .....	-89526,6240	-118569,6400
16 .....	-89543,7370	-118332,0970
17 .....	-89150,6780	-118378,4780
18 .....	-89150,6780	-117948,7360
19 .....	-89481,4860	-117948,7360
20 .....	-89281,8450	-117581,0480
21 .....	-89158,6410	-117519,4460
22 .....	-89092,6380	-117422,6430
23 .....	-88899,0320	-117330,2400

13 de Março de 2008. — O Subdirector-Geral, *Carlos A. A. Caxaria*.

**Despacho n.º 10249/2008**

Nos termos do n.º 2 da Portaria n.º 214/2007, de 26 de Fevereiro, conjugado com a alínea *k*) do despacho do Director-Geral de Energia e Geologia n.º 20 600/2007 (2.ª série), de 2 de Agosto, publicado no *Diário da República* n.º 173, de 7 de Setembro, prorrogado, pelo prazo de 12 meses, a partir de 27 de Fevereiro de 2008, a autorização concedida à Prio Advanced Fuels, S. A., para efectuar, na EGREP, Entidade Gestora das Reservas Estratégicas de Produtos de Petróleo, E.P.E., a totalidade das reservas de produtos do petróleo a que se encontra obrigada, mediante pagamento do montante correspondente, por ter sido reconhecida a falta de capacidade de armazenagem em território nacional e obtida a concordância da EGREP.

18 de Março de 2008. — O Subdirector-Geral, *Bento de Moraes Sarmiento*.

**Despacho n.º 10250/2008****Modelo dos Certificados de Desempenho Energético e da Qualidade do Ar Interior**

Emitidos no âmbito do SCE (D.L. 78/2006 de 4 de Abril)

O Decreto-Lei n.º 78/2006 de 4 de Abril que estabelece o Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios (SCE) atribui, nos termos do artigo 6.º, a competência de gestão do SCE à ADENE — Agência para a Energia. Compete à ADENE no âmbito da gestão do SCE, designadamente, aprovar o modelo dos certificados de desempenho energético e da qualidade do ar interior nos edifícios, ouvidas as entidades de supervisão e as associações sectoriais.

Para prossecução da implementação e operacionalização do SCE torna-se necessário proceder à sua aprovação.

A Portaria n.º 461/2007 de 5 de Junho, define a calendarização da aplicação do Sistema de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios (SCE), prevendo a sua aplicação nos termos do Decreto-Lei n.º 78/2006 de 4 de Abril a todos os edifícios, incluindo, a partir de Janeiro de 2009, os existentes.

Reconhecendo que, muitas vezes, a informação detalhada sobre os edifícios existentes não está disponível mas que é possível utilizar simplificações na metodologia para cálculo da classe energética do edifício com grau de erro reduzido relativamente às previstas para os edifícios novos;

Reconhecendo que é o modelo do certificado que estabelece as regras e metodologias necessárias ao cálculo, ao preenchimento e à classificação energética dos edifícios;

Reconhecendo que qualquer simplificação na metodologia não deve prejudicar a transversalidade e comparabilidade dos certificados, sua escala e classificação energética entre edifícios novos ou existentes, e que deverá sempre garantir uma adequada informação ao proprietário, comprador, locador ou arrendatário do desempenho energético do edifício e das medidas para a sua melhoria nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 78/2006, de 4 de Abril;

Estabelece-se, o modelo do certificado a emitir para os novos edifícios, e desde já, com vista a facilitar a implementação da certificação energética nos edifícios existentes e reduzir o tempo e custo associado à elaboração desses certificados, o modelo do certificado aplicável também aos edifícios existentes, prevendo a aprovação de simplificações na metodologia a aplicar para efeitos do cálculo da classificação energética.

Foram ouvidas as entidades de supervisão, Direcção-Geral de Energia e Geologia e a Agência Portuguesa para o Ambiente, assim como as respectivas associações sectoriais: OA — Ordem dos Arquitectos; OE — Ordem dos Engenheiros; ANET — Asso. Nacional de Engenheiros Técnicos; APIRAC — Associação Portuguesa de Indústria de Refrigeração; INCI — Instituto da Construção e do Imobiliário; EFRIARC — Ass. Portuguesa dos Engenheiros do Ar Condicionado Frio Industrial; AECOPS — Ass. Das Empresas de Construção de Obras Públicas; FEPICOP- Federação Portuguesa das Industrias de Construção de Obras Públicas; AICCOPN — Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas; ANM — Associação Nacional dos Municípios; APEMIP — Associação dos Profissionais e Empresas de Mediação Imobiliária de Portugal; ANEOP — Associação Nacional de Empreiteiros de Obras Públicas; AICE — Associação dos Industriais de Construção de Edifícios.

Assim, ao abrigo da alínea *b*) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 78/2006 de 4 de Abril, a ADENE — Agência para a Energia aprova o modelo dos certificados de desempenho energético e da qualidade do ar interior nos edifícios nos seguintes termos:

**Artigo 1.º****Certificados emitidos pelos peritos qualificados no âmbito do SCE**

1 — De acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 78/2006 de 4 de Abril, o perito qualificado pode emitir declarações de conformidade regulamentar (DCR) ou certificados energéticos e da qualidade do ar interior (CE).

2 — O CE é emitido no âmbito das alíneas *b*) e *c*) do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 78/2006, de 4 de Abril, bem como na sequência de processos de avaliação de desempenho energético e da qualidade do ar interior de edifícios existentes para efeitos do previsto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 78/2006, de 4 de Abril.

3 — A DCR é emitida no âmbito do previsto na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 8.º, utilizando o mesmo modelo (formato e conteúdo) do CE, diferindo deste no título do documento, no respectivo número de registo e nos campos a preencher.

4 — Tanto o CE como a DCR previstos nos números anteriores são emitidos pelo perito qualificado, na sua área de acesso reservado acessível através do sítio da ADENE da internet, apenas sendo considerados documentos válidos para os efeitos referidos no ponto anterior, se estiver paga a respectiva taxa de registo prevista no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 78/2006, de 4 de Abril.

5 — O objecto de certificação é, por princípio, cada uma das menores unidades do edifício que podem ser objecto de venda, de locação ou de outra forma de cedência contratual de espaço, incluindo o arrendamento, as quais correspondem, geralmente, às fracções autónomas constituídas ou passíveis de ser constituídas. A totalidade do edifício, composto pelo conjunto das respectivas fracções autónomas, pode também, cumulativamente ou não com essas fracções ou unidades do edifício, ser objecto da certificação. No caso de edifícios compostos por mais do que um corpo, pode o perito qualificado, com base na sua melhor interpretação da legislação aplicável e após consulta da ADENE, determinar se

cada corpo deverá ter uma DCR ou CE individual ou se a DCR ou CE deverá ser único para o conjunto dos corpos que compõem o edifício ou a fracção autónoma.

#### Artigo 2º

##### Tipos e modelos de certificado

1 — Um edifício ou fracção autónoma de um edifício pode, para efeitos da certificação energética e respectivo modelo de certificado, ser integrado numa das seguintes categorias:

a) Habitação sem climatização (HsC), correspondente a edifícios de habitação ou fracções de edifícios de habitação que não disponham de sistema de climatização ou cujo sistema de climatização tenha uma potência térmica, correspondente à maior das potências de aquecimento ou arrefecimento ambiente, igual ou inferior a 25 kW;

b) Habitação com climatização (HcC), correspondente a edifícios de habitação ou fracções de edifícios de habitação que disponham de sistema de climatização cuja potência térmica, correspondente à maior das potências de aquecimento ou arrefecimento ambiente, seja superior a 25 kW;

c) Pequenos serviços sem climatização (PESsC), correspondente a edifícios de serviços ou fracções de edifícios destinadas serviços, com área útil igual ou menor a 1000 m<sup>2</sup> e que não disponham de sistema de climatização ou cujo sistema de climatização tenha uma potência térmica, correspondente à maior das potências de aquecimento ou arrefecimento ambiente, igual ou inferior a 25 kW;

d) Pequenos serviços com climatização (PEScC) correspondente a edifícios de serviços ou fracções de edifícios destinadas serviços, com área útil igual ou menor a 1000 m<sup>2</sup> e que disponham de sistema de climatização cuja potência térmica, correspondente à maior das potências de aquecimento ou arrefecimento ambiente, seja superior a 25 kW;

e) Grandes serviços (GES), correspondente a edifícios de serviços ou fracções de edifícios destinadas serviços, com área útil superior a 1000 m<sup>2</sup> ou 500 m<sup>2</sup> no caso de centros comerciais, hipermercados e piscinas aquecidas cobertas, independentemente de dispor ou não de sistema de climatização.

2 — A integração do edifício e de cada uma das suas fracções nas categorias referidas no ponto anterior, deve seguir a definição constante do ponto anterior e, sempre que aplicável, estar em coerência com o previsto nos Decretos-Lei 79/2006 e 80/2006, ambos de 4 de Abril, no que respeita à definição do âmbito regulamentar.

3 — Nas situações em que não seja evidente a integração do edifício ou fracção numa das categorias referidas, pode o perito qualificado, desde que respeitando os princípios e objectivos do presente despacho e dos Decretos-Lei 78/2006, 79/2006 e 80/2006, todos de 4 de Abril, e após consulta da ADENE, determinar qual o melhor enquadramento nas categorias referidas, da situação particular em estudo.

4 — Para as categorias referidas nas alíneas a) e c) do ponto 1, o formato e conteúdo do CE ou da DCR a emitir será o apresentado no Anexo I como Tipo A. Para as categorias correspondentes às alíneas d) e e) do ponto 1, o CE ou DCR a emitir corresponde ao formato e conteúdo apresentado no Anexo II como Tipo B. O CE ou DCR a emitir para os casos integrados na categoria referida na alínea b) serão do tipo C, descrito no Anexo III.

5 — O formato e conteúdo dos CE ou DCR apresentados nos Anexos I, II e III serão compostos automaticamente pelo sistema informático de suporte ao SCE, mediante preenchimento de formulário próprio, apenas acessível aos peritos qualificados na sua área de acesso reservado do sistema.

6 — Tanto o formato como o conteúdo de todos os tipos de CE como de DCR, poderão ser objecto de alteração pela ADENE, nos elementos que esta julgue necessários e adequados ao funcionamento regular do sistema, desde que as referidas alterações sejam previamente aprovadas pelas entidades de supervisão do SCE.

#### Artigo 3º

##### Classificação energética

1 — A classe energética para os edifícios ou fracções de edifícios que sejam objecto de DCR ou CE dos Tipos A ou C, é determinada através da razão  $R = N_{tc}/N_p$ , onde  $N_{tc}$  corresponde ao valor das necessidades anuais globais estimadas de energia primária para climatização e águas quentes, e  $N_p$  corresponde ao valor limite máximo regulamentar para as necessidades anuais globais de energia primária para climatização e águas quentes.

2 — No caso dos novos edifícios ou fracções de novos edifícios que sejam objecto de DCR ou CE dos Tipos A ou C, o valor de  $N_{tc}$  é determinado de acordo com as metodologias definidas para o efeito no Decreto-Lei 80/2006 de 4 de Abril, não podendo, por isso, o valor de R ser superior a 1. Para estes casos, os valores de  $N_p$  são determinados

de acordo com o definido para o efeito no artigo 15º do Decreto-Lei 80/2006 de 4 de Abril.

3 — Para o caso de edifícios existentes ou fracções de edifícios existentes no âmbito do SCE que sejam objecto de emissão de um CE dos Tipos A ou C, a determinação do valor de  $N_{tc}$  que irá definir a respectiva classificação energética poderá ser efectuado de acordo com as metodologias estabelecidas no Decreto-Lei 80/2006, de 4 de Abril, ou, por opção do respectivo perito qualificado e nos casos em que seja aplicável, de acordo com as simplificações estabelecidas em nota técnica ou informativa a publicar pela ADENE, no seu sítio da internet, num prazo de 45 dias a contar da data de publicação do presente despacho. Nestes casos, o cálculo de  $N_{tc}$  será efectuado de acordo com o definido no artigo 15º do Decreto-Lei 80/2006 de 4 de Abril, tendo em conta eventuais adaptações ou simplificações previstas na nota técnica ou informativa acima mencionada.

4 — A escala de classificação energética dos edifícios ou fracções autónomas de edifícios referidos nos pontos anteriores será composta por 9 classes, em coerência com o previsto na norma EN 15217, correspondendo a cada classe um intervalo de valores de R, de acordo com o apresentado na tabela seguinte.

Classe Energética	Valor de R
A +	$R \leq 0,25$
A	$0,25 < R \leq 0,50$
B	$0,50 < R \leq 0,75$
B -	$0,75 < R \leq 1,00$
C	$1,00 < R \leq 1,50$
D	$1,50 < R \leq 2,00$
E	$2,00 < R \leq 2,50$
F	$2,50 < R \leq 3,00$
G	$R > 3,00$

5 — A classe energética para edifícios ou fracções autónomas de edifícios, tanto novos como existentes no âmbito do SCE, que sejam objecto de DCR ou CE do Tipo B, é determinada com base nas seguintes variáveis:

a) Valor do indicador de eficiência energética obtido na base dos padrões nominais de utilização definidos no Anexo XV do Decreto-Lei 79/2006 de 4 de Abril ( $IEE_{nom}$ ) e calculado de acordo com o previsto no Anexo IX do mesmo decreto;

b) Valor do indicador de eficiência energética de referência para edifícios novos ( $IEE_{ref,novos}$ ), conforme definido no Anexo XI do Decreto-Lei 79/2006 de 4 de Abril;

c) Valor do parâmetro S, conforme definido no Anexo IV do presente despacho.

6 — A conjugação das variáveis referidas no ponto anterior para determinação da classe energética deverá ser feita com recurso à tabela apresentada de seguida, sendo a classe a atribuir aquela que corresponder à condição verdadeira verificada numa escala de 9 classes possíveis.

Classe Energética	Condição a verificar
A +	$IEE_{nom} \leq IEE_{ref,novos} - 0,75 \times S$
A	$IEE_{ref,novos} - 0,75 \times S < IEE_{nom} \leq IEE_{ref,novos} - 0,50 \times S$
B	$IEE_{ref,novos} - 0,50 \times S < IEE_{nom} \leq IEE_{ref,novos} - 0,25 \times S$
B -	$IEE_{ref,novos} - 0,25 \times S < IEE_{nom} \leq IEE_{ref,novos}$
C	$IEE_{ref,novos} < IEE_{nom} \leq IEE_{ref,novos} + 0,50 \times S$
D	$IEE_{ref,novos} + 0,50 \times S < IEE_{nom} \leq IEE_{ref,novos} + 1,00 \times S$
E	$IEE_{ref,novos} + 1,00 \times S < IEE_{nom} \leq IEE_{ref,novos} + 1,50 \times S$
F	$IEE_{ref,novos} + 1,50 \times S < IEE_{nom} \leq IEE_{ref,novos} + 2,00 \times S$
G	$IEE_{ref,novos} + 2,00 \times S < IEE_{nom}$

7 — Consideram-se novos edifícios, para efeitos da verificação do disposto nos pontos anteriores e da aplicação dos demais requisitos do SCE, aqueles cujo pedido de licenciamento ou autorização de edificação, geralmente através da apresentação do projecto de arquitectura, der entrada

## ANEXO I

## Certificado do Tipo A

na entidade licenciadora após as datas definidas na Portaria n.º 461/2007 de 13 de Março de 2007, designadamente 1 de Julho de 2007 para edifícios cuja área útil ou cuja soma das áreas úteis das fracções que o constituam tenha mais 1.000 m<sup>2</sup>, e 1 de Julho de 2008 para todos os edifícios, independentemente da sua área. Os restantes edifícios abrangidos pelo SCE são considerados como existentes para efeitos de aplicação do sistema.

8 — Os edifícios existentes que sejam sujeitos a grandes reabilitações ou remodelações ou que sejam objecto de obras de ampliação, deverão ser tratados no âmbito do SCE como edifícios novos, não estando, por isso, isentos do cumprimento das disposições que lhe são aplicáveis nos Decretos-Lei 78/2006, 79/2006 e 80/2006, todos de 4 de Abril.

9 — Os edifícios devolutos ou em ruínas, bem como os edifícios ou fracções autónomas com menos de 50 m<sup>2</sup> de área útil, poderão ser classificados de acordo com as simplificações de metodologia referidas no presente artigo ou, por opção do respectivo perito qualificado, ser objecto de um certificado que lhe atribua a classe G.

## Artigo 4º

## Aplicação do modelo de certificado pelos peritos qualificados

1 — Para os novos edifícios abrangidos pelo SCE, cuja DCR ou CE seja usado, respectivamente, para efeitos de pedidos de emissão da licença ou autorização de edificação ou para efeitos de pedidos de emissão da licença ou autorização de utilização de edificação, os peritos qualificados que podem proceder à aplicação do presente modelo de certificado são:

a) No caso de DCR ou CE do Tipo A, apenas peritos qualificados em RCCTE;

b) No caso de DCR ou CE do Tipo B, uma equipa de dois peritos RSECE, um com a valência de RSECE — Energia e outro com a valência de RSECE — Qualidade do Ar Interior, ou em alternativa, um único perito RSECE que acumule as duas valências atrás referidas;

c) No caso de DCR ou CE do Tipo C, peritos qualificados na valência RSECE — Energia.

2 — Para os edifícios existentes abrangidos pelo SCE, cujo certificado seja emitido no âmbito das alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 78/2006, os peritos qualificados que podem proceder à aplicação do presente modelo de certificado são:

a) No caso de CE do Tipo A, apenas peritos qualificados em RCCTE;

b) No caso de CE do Tipo B que seja emitido na sequência de:

i. Uma auditoria simultânea aos consumos energéticos e à qualidade do ar interior, uma equipa de dois peritos RSECE, um com a valência de RSECE — Energia e outro com a valência de RSECE — Qualidade do Ar Interior, ou em alternativa, um único perito RSECE que acumule essas duas valências;

ii. Uma auditoria apenas aos consumos energéticos, peritos qualificados na valência RSECE — Energia;

iii. Uma auditoria apenas à qualidade do ar interior, peritos qualificados na valência RSECE — Qualidade do Ar Interior;

c) No caso de CE do Tipo C, peritos qualificados na valência RSECE — Energia ou peritos qualificados em RCCTE.

3 — Nas situações em que haja intervenção conjunta de dois peritos na emissão de uma DCR ou CE do Tipo B, a responsabilidade pelo respectivo conteúdo técnico é partilhada por ambos, de acordo com o definido no Anexo V para os campos da DCR ou CE respectivo formulário de preenchimento no sistema informático de suporte ao SCE.

## Artigo 5º

## Aplicação do modelo de certificado

1 — Na aplicação prática do modelo de certificado devem ser observadas as disposições do presente despacho, bem como as constantes dos Decretos-Lei 78/2006, 79/2006 e 80/2006, todos de 4 de Abril, com toda a legislação destes derivada.

2 — Para as situações não previstas nas disposições da legislação referida no número anterior ou para as situações em que a ADENE considere ser necessária uma definição ou um melhor esclarecimento de algum aspecto com vista à aplicação prática do presente modelo de certificado, poderá a ADENE, após consulta das principais entidades envolvidas e aprovação das entidades supervisoras nas respectivas áreas de competência, emitir notas técnicas complementares à legislação em vigor, as quais constituirão referência para os peritos qualificados nos processos de certificação que realizem no âmbito do SCE.

27 de Março de 2008. — Pela ADENE — Agência para a Energia, Miguel Barreto.

**Certificação Energética e Ar Interior EDIFÍCIOS**

Nº CER: CE00000000000000

Foto não disponível

**CERTIFICADO DE DESEMPENHO ENERGÉTICO E DA QUALIDADE DO AR INTERIOR**

**TIPO DE FRACÇÃO/EDIFÍCIO: EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO SEM SISTEMA(S) DE CLIMATIZAÇÃO**

Morada / Localização: \_\_\_\_\_ Freguesia: \_\_\_\_\_

Concelho: \_\_\_\_\_ Região: \_\_\_\_\_

Data de emissão: \_\_\_\_\_ Data de validade: \_\_\_\_\_

Nome do perito qualificado: \_\_\_\_\_ Número do perito qualificado: \_\_\_\_\_

Imóvel descrito na: \_\_\_\_\_ Conservatória do Registo Predial de: \_\_\_\_\_

Sob o nº: \_\_\_\_\_ Art. matricial nº: \_\_\_\_\_ Fogo/Fracção autón.: \_\_\_\_\_

Este certificado resulta de um relatório elaborado no âmbito do processo de certificação energética para o edifício, em relação ao qual se encontra prevista no Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE) a emissão de um certificado energético e de um certificado de qualidade do ar interior. Este certificado permite identificar possíveis medidas de melhoria de desempenho aplicáveis a fracções autónomas ou a edifícios, para efeitos de melhoria energética e de qualidade do ar interior. Para verificar a validade do presente certificado consulte www.adene.pt

**1. ETIQUETA DE DESEMPENHO ENERGÉTICO**

**INDICADORES DE DESEMPENHO**

Necessidades anuais globais estimadas de energia primária para climatização e águas quentes: \_\_\_\_\_ l/m²/m²/ano

Valor limite máximo regulamentar para as necessidades anuais globais de energia primária para climatização e águas quentes (limite inferior da classe B): \_\_\_\_\_ l/m²/m²/ano

Emissões anuais de gases de efeito de estufa associadas à energia primária para climatização e águas quentes: \_\_\_\_\_ toneladas de CO<sub>2</sub> equivalentes por ano

**CLASSE ENERGÉTICA**

A, A+, B+, B, C, D, E, F, G

**2. DESAGREGAÇÃO DAS NECESSIDADES NOMINAIS DE ENERGIA ÚTIL**

Necessidades nominais de energia útil para...	Valor estimado para as condições de conforto térmico de referência	Valor limite regulamentar para as necessidades anuais
Aquecimento	_____ kWh/m²/ano	_____ kWh/m²/ano
Arrefecimento	_____ kWh/m²/ano	_____ kWh/m²/ano
Preparação das águas quentes sanitárias	_____ kWh/m²/ano	_____ kWh/m²/ano

**NOTAS EXPLICATIVAS**

As necessidades nominais de energia útil correspondem a uma previsão da quantidade de energia que terá de ser consumida por m² de área útil do edifício ou fracção autónoma para manter o edifício nas condições de conforto térmico de referência e para preparação das águas quentes sanitárias necessárias ao uso residencial. Os valores foram estimados para condições convencionais de utilização, aplicáveis como referência para todos os edifícios, de forma a permitir comparações objetivas entre diferentes imóveis. Os consumos reais podem variar bastante das indicadas e depender das atitudes e padrões de comportamento dos utilizadores.

As necessidades anuais globais de energia primária indicadas e valor limite resultam da conversão das necessidades nominais estimadas de energia útil em múltiplos equivalentes de perito por unidade de área útil do edifício, mediante aplicação de fatores de conversão específicos para cada forma de energia (elétrica, gás natural, gásóleo, etc.) e de eficiência energética de 0,250 para a conversão de energia elétrica em múltiplos equivalentes de perito.

As emissões de CO<sub>2</sub> equivalentes indicadas e valor limite resultam da conversão das necessidades nominais estimadas de energia útil em múltiplos equivalentes de perito por unidade de área útil do edifício, mediante aplicação de fatores de conversão de 0,250 toneladas equivalentes de CO<sub>2</sub> por unidade de energia útil.

A classe energética resulta da comparação entre as necessidades anuais globais estimadas e os valores admissíveis de energia primária para aquecimento, arrefecimento e para preparação de águas quentes sanitárias no edifício ou fracção autónoma. O melhor desempenho corresponde à classe A, seguida das classes A+, B+, C, D, E, F e G, na ordem da pior desempenho. O edifício com o melhor desempenho energético é aquele que apresenta o menor valor de necessidades anuais globais de energia primária para climatização e águas quentes.

Adene.pt

**3. DESCRIÇÃO SUCINTA DO EDIFÍCIO OU FRACÇÃO AUTÓNOMA**

Área útil de pavimento: \_\_\_\_\_ m² Pé-direito médio ponderado: \_\_\_\_\_ m Ano de construção: \_\_\_\_\_

**4. PROPOSTAS DE MEDIDAS DE MELHORIA DO DESEMPENHO ENERGÉTICO E DA QUALIDADE DO AR INTERIOR**

Sugestões de medidas de melhoria (implementação não obrigatória) (deduzidas e/ou medidas que não afetem o nível de vida dos utilizadores)	Redução anual da fatura energética	Custo estimado de investimento	Período de retorno do investimento
Não aplicável			

As medidas de melhoria acima referidas correspondem a sugestões do perito qualificado na sequência de análise que este realizou ao desempenho energético e da qualidade do ar interior do edifício ou fracção autónoma e não pretendem por em causa as opções e soluções adotadas pelos arquitetos, proprietários ou inquilinos do edifício.

**Legenda:**

Redução anual da fatura energética	Custo estimado de investimento	Período de retorno do investimento
☑ ☑ ☑ ☑ mais de 1000€/ano	☑ ☑ ☑ ☑ mais de 5000€	☑ ☑ ☑ ☑ inferior a 5 anos
☑ ☑ ☑ ☑ entre 500€ e 999€/ano	☑ ☑ ☑ ☑ entre 1000€ e 4999€	☑ ☑ ☑ ☑ entre 5 e 10 anos
☑ ☑ ☑ ☑ entre 100€ e 499€/ano	☑ ☑ ☑ ☑ entre 200€ e 999€	☑ ☑ ☑ ☑ entre 10 e 15 anos
☑ ☑ ☑ ☑ menos de 100€/ano	☑ ☑ ☑ ☑ menos de 200€	☑ ☑ ☑ ☑ mais de 15 anos

**SE FOREM CONCRETIZADAS TODAS AS MEDIDAS DESTACADAS NA LISTA, A CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA PODERÁ SUBIR PARA...**

**Presupostos e observações a considerar na interpretação da informação apresentada:**

Não aplicável

**5. PAREDES, COBERTURAS, PAVIMENTOS E PONTES TÉRMICAS PLANAS**

**PAREDES**

Coeficiente de transmissão térmica superficial (U) em W/m²/°C

Descrição da(s) solução(ões) adotada(s): \_\_\_\_\_

da solução: \_\_\_\_\_

• Não aplicável

**COBERTURAS**

Coeficiente de transmissão térmica superficial (U) em W/m²/°C

Descrição da(s) solução(ões) adotada(s): \_\_\_\_\_

da solução: \_\_\_\_\_

• Não aplicável

**PAVIMENTOS**

Coeficiente de transmissão térmica superficial (U) em W/m²/°C

Descrição da(s) solução(ões) adotada(s): \_\_\_\_\_

da solução: \_\_\_\_\_

• Não aplicável

**PONTES TÉRMICAS PLANAS**

Coeficiente de transmissão térmica superficial (U) em W/m²/°C

Descrição da(s) solução(ões) adotada(s): \_\_\_\_\_

da solução: \_\_\_\_\_

• Não aplicável

**6. VÃOS ENVIDRAÇADOS**

Adene.pt

Agência Portuguesa do Ambiente

CERTIFICADO DE DESEMPENHO ENERGÉTICO E DA QUALIDADE DO AR INTERIOR		Nº CER: TEMP000001044918	
IP do prédio certificado: PG00008		Data de emissão: 05/05/2008	
Data de validade: 05/05/2018			
		Factor solar	
Descrição da(s) solução(ões) adoptada(s)*		da solução	máximo regulamentar
• Não aplicável			
Nota: Apesar do edifício apresentar um área superior a 5% da área útil do espaço que servem, não atende à Norma e considerando o(s) requisito(s) disposto(s) de produção 10% sobre (portões, portais, vidros, telhas, cofres, etc.)			
7. CLIMATIZAÇÃO			
SISTEMA(S) DE AQUECIMENTO		Necessidades anuais de energia útil	
Descrição da(s) solução(ões) adoptada(s)			
• Não aplicável			
SISTEMA(S) DE ARREFECIMENTO		Necessidades anuais de energia útil	
Descrição da(s) solução(ões) adoptada(s)			
• Não aplicável			
8. PREPARAÇÃO DE ÁGUAS QUENTES SANITÁRIAS (AQs)			
SISTEMAS CONVENCIONAIS (USAM ENERGIA NÃO RENOVÁVEL)			
Descrição da(s) solução(ões) adoptada(s)			
• Não aplicável			
9. SISTEMAS DE APROVEITAMENTO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS			
SISTEMA DE COLECTORES SOLARES PARA PRODUÇÃO DE ÁGUA QUENTE SANITÁRIA		Energia fornecida pelo sistema	
Descrição da(s) solução(ões) adoptada(s)			
• Não aplicável			
OUTROS SISTEMAS DE APROVEITAMENTO DE FONTES DE ENERGIAS RENOVÁVEIS		Energia fornecida pelo sistema	
Descrição da(s) solução(ões) adoptada(s)			
• Não aplicável			
10. VENTILAÇÃO			
Descrição dos principais elementos e da forma como se processa a ventilação			
• Não aplicável			
OBSERVAÇÕES E NOTAS AO PRESENTE CERTIFICADO ENERGÉTICO E DA QUALIDADE DO AR INTERIOR			

Entidade gestora

Entidade certificadora

Associação Portuguesa do Ambiente

Associação Nacional de Entidades de Trabalho em Ambiente e Saúde



CERTIFICADO DE DESEMPENHO ENERGÉTICO DA QUALIDADE DO AR INTERIOR

N.º do projeto certificado: PG202088 Data de emissão: 05/05/2018 Data de validade: 05/05/2020

3. DESCRIÇÃO SUCINTA DO EDIFÍCIO OU FRACÇÃO AUTÓNOMA

Área útil de  m<sup>2</sup> Pé-direito médio ponderado  m Ano de construção  Consumo Anual Global\*  kWh/m<sup>2</sup> anuais

\*O consumo anual global corresponde à energia final utilizada no edifício, sendo desdobrado pelas emissões das fontes energéticas (incluindo o armazenamento), sem conversão elétrica.

4. PROPOSTAS DE MEDIDAS DE MELHORIA DO DESEMPENHO ENERGÉTICO E DA QUALIDADE DO AR INTERIOR

Sugestões de medidas de melhoria (implementação não obrigatória) (predefinidas e negativas apenas aquelas no âmbito da mesma classe energética)	Redução anual da fatura energética	Custo estimado de investimento	Período de retorno do investimento
Não aplicável			


As medidas de melhoria acima referidas correspondem a sugestões de projeto qualificadas na sequência de análises que estão realizadas no desempenho energético e de qualidade do ar interior do edifício autónomo e não pretendem por seu acaso as opções e soluções adotadas pelos intervenientes, privilegiando-se a eficiência de obra.

Legendas	Redução anual da fatura energética	Custo estimado de investimento	Período de retorno do investimento

## ANEXO II

## Certificado do Tipo B

[illegible]



CERTIFICADO DE DESEMPENHO ENERGÉTICO E DA QUALIDADE DO AR INTERIOR

Nº CER: TEMP000301044615

Nº do ponto certificado: PQ03088

Data de emissão: 03/03/2018

Data de validade: 03/03/2020

## 6. VÃOS ENVIDRAÇADOS

Descrição da(s) solução(ões) adoptada(s)\*

\* Não aplicável

Factor solar

da solução	máximo regulamentar

\*Nota: Apenas vãos envidraçados com área superior a 1m² da área útil da parede do espaço que servem, não orientados a Norte e considerando (a) respectivo(s) dispositivo(s) de protecção 100% activos (portadas, persianas, toldos, cortinas, etc.)

## 7. SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO

Consumo nominal estimado de energia primária para aquecimento

kgpe/ano

Consumo nominal estimado de energia primária para arrefecimento

kgpe/ano

Nota: Os consumos anuais normalizados para aquecimento e arrefecimento devem ser efectuados das respectivas funções de concepção climática.

### SUBSISTEMA DE PRODUÇÃO DE ENERGIA TÉRMICA

Descrição da(s) solução(ões) adoptada(s)

### SUBSISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA TÉRMICA (CALOR OU FRIJO)

Descrição da(s) solução(ões) adoptada(s)

### SUBSISTEMA DE EMISSÃO/DIFUSÃO DE ENERGIA TÉRMICA (CALOR OU FRIJO) NOS ESPAÇOS TRATADOS

Descrição da(s) solução(ões) adoptada(s)

## 8. ILUMINAÇÃO (INTERIOR E EXTERIOR)

Consumo nominal estimado de energia primária para iluminação interior no edifício ou fracção autónoma

kgpe/ano

Descrição da(s) solução(ões) adoptada(s)

\* Não aplicável

## 9. PREPARAÇÃO DE ÁGUAS QUENTES SANITÁRIAS (AQ5)

### SISTEMAS CONVENCIONAIS (USAM ENERGIA NÃO RENOVÁVEL)

Consumo nominal estimado de energia primária para preparação de Águas Quentes Sanitárias

kgpe/ano

Descrição da(s) solução(ões) adoptada(s)

\* Não aplicável

## ANEXO III

## Certificado do Tipo C

	CERTIFICADO DE DESEMPENHO ENERGÉTICO E DA QUALIDADE DO AR INTERIOR	1º PER: 20300001044615
1º do ponto qualificado: PQ23028	Data de emissão: 03/03/2028	Data de validade: 03/03/2030

10. OUTROS CONSUMOS (INCLUINDO EQUIPAMENTOS)

	Consumo nominal estimado de energia primária
Descrição da(s) solução(s) adoptada(s)	
• Não aplicável	

11. SISTEMAS DE APROVEITAMENTO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

SISTEMA DE COLECTORES SOLARES PARA PRODUÇÃO DE ÁGUA QUENTE SANITÁRIA

	Energia fornecida pelo sistema
Descrição da(s) solução(s) adoptada(s)	
• Não aplicável	

OUTROS SISTEMAS DE APROVEITAMENTO DE FONTES DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

	Energia fornecida pelo sistema
Descrição da(s) solução(s) adoptada(s)	
• Não aplicável	

12. CAUDAIS DE AR NOVO POR ESPAÇO

	Caudal de ar novo	
Descrição do espaço	da solução	mínimo regulamentar
• Não aplicável		

13. CONCENTRAÇÕES DOS PRINCIPAIS POLUENTES NO AR INTERIOR (MEDIDOS EM AUDITORIA)

	Data da auditoria
Descrição sucinta da metodologia utilizada, observações, resultados e conclusões	
• Não aplicável	

Valores verificados em auditoria para os principais parâmetros e poluentes	Concentração medida	Concentração máxima de referência
Partículas suspensas no ar com diâmetro inferior a 10 microns (PM10)	mg/m³	0.15 mg/m³
Dióxido de Carbono	mg/m³	1800 mg/m³
Monóxido de Carbono	mg/m³	12.5 mg/m³
Ozono	mg/m³	0.2 mg/m³
Formaldeído	mg/m³	0.1 mg/m³
Compostos Orgânicos Voláteis Totais	mg/m³	0.6 mg/m³
Microorganismos - bactérias	UFCC/m³	500 UFCC/m³
Microorganismos - fungos	UFCC/m³	500 UFCC/m³
Legionella	UFC/l	100 UFC/l
Rádio	Bq/m³	400 Bq/m³

Entidade gestora



AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE

Elaboração e gestão




Divisão Geral de Energia e Geologia



AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE

Exercício de auditoria de desempenho energético e de qualidade do ar interior

[illegible]

	<b>CERTIFICADO DE DESEMPENHO ENERGÉTICO E DA QUALIDADE DO AR INTERIOR</b>	<b>Nº CER: TEMP000001044615</b>
<b>Nº do projeto certificado: PG03088</b>	<b>Data de emissão: 03/03/2018</b>	<b>Data de validade: 03/03/2019</b>

**14. CONDUÇÃO E MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES E SISTEMAS ENERGÉTICOS**

Descrição da(s) solução(ões) e/ou estratégia(s) adotada(s) e elementos relevantes

• Não aplicável

**15. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS**

**TÉCNICO RESPONSÁVEL PELO FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS ENERGÉTICOS DE CLIMATIZAÇÃO E PELA QAI**

Nome do Técnico

Ordem ou Associação Profissional

Nº de membro

**TÉCNICO DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO**

Nome do Técnico

Empresa

Nº de alvará IMOPPI / INCI

**TÉCNICO DE QUALIDADE DO AR INTERIOR**

Nome do Técnico

Empresa

Nº de alvará IMOPPI / INCI

Não aplicável

**16. INSPEÇÕES PERIÓDICAS A CALDEIRAS, SISTEMAS DE AQUECIMENTO E EQUIP. DE AR CONDICIONADO**

**CALDEIRAS**

Principais resultados da(s) inspeção(ões) realizada(s)

• Não aplicável

**SISTEMAS DE AQUECIMENTO COM CALDEIRAS**

Principais resultados da(s) inspeção(ões) realizada(s)


• Não aplicável

**EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO**


Principais resultados da(s) inspeção(ões) realizada(s)

• Não aplicável


**OBSERVAÇÕES E NOTAS AO PRESENTE CERTIFICADO ENERGÉTICO E DA QUALIDADE DO AR INTERIOR**




**Entidade gestora**



**Entidade certificadora**




**Divisão Geral de Energia e Geologia**



**AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE**

Agência nacional de coordenação de políticas ambientais



CERTIFICADO DE DESEMPENHO ENERGÉTICO E DA QUALIDADE DO AR INTERIOR

Nº de parte certificada: PQ20089

Data de emissão: 03/03/2018

Data de validade: 03/03/2028

16/01/2018

16/01/2018

### 3. DESCRIÇÃO SUCINTA DO EDIFÍCIO OU FRACÇÃO AUTÓNOMA

Área útil de pavimento

m²

Pé-direito médio ponderado

m

Ano de construção

### 4. PROPOSTAS DE MEDIDAS DE MELHORIA DO DESEMPENHO ENERGÉTICO E DA QUALIDADE DO AR INTERIOR

Sugestões de medidas de melhoria (implementação não obrigatória)

	Redução anual da factura energética	Custo estimado do investimento	Período de retorno do investimento
Não aplicável			

As medidas de melhoria acima referidas correspondem a sugestões do perito qualificado na sequência de análise que teve em conta os desempenhos energéticos e da qualidade do ar interior do edifício ou fracção autónoma e não pretendem por em causa as opções e soluções adoptadas pelo(s) proprietário(s), arquitecto ou técnico(s) de obra.

Legendas	Redução anual da factura energética	Custo estimado de investimento	Período de retorno do investimento
	❏ ❏ ❏ ❏ mais de 1000€/ano	❏ ❏ ❏ ❏ mais de 5000€	❏ ❏ ❏ ❏ inferior a 5 anos
	❏ ❏ ❏ ❏ entre 500€ e 999€/ano	❏ ❏ ❏ ❏ entre 1500€ e 4999€	❏ ❏ ❏ ❏ entre 5 e 10 anos
	❏ ❏ ❏ ❏ entre 100€ e 499€/ano	❏ ❏ ❏ ❏ entre 200€ e 999€	❏ ❏ ❏ ❏ entre 10 e 15 anos
	❏ ❏ ❏ ❏ menos de 100€/ano	❏ ❏ ❏ ❏ menos de 200€	❏ ❏ ❏ ❏ mais de 15 anos

SE FOREM CONCRETIZADAS TODAS AS MEDIDAS DESTACADAS NA LISTA, A CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA PODERÁ SUBIR PARA...

Pressupostos e observações a considerar na interpretação da informação apresentada:

Não aplicável

### 5. PAREDES, COBERTURAS, PAVIMENTOS E PONTES TÉRMICAS PLANAS

#### PAREDES

Descrição da(s) solução(ões) adoptada(s)

• Não aplicável

Coefficiente de transmissão térmica superficial (U) em W/m².K

da solução	máximo regulamentar

#### COBERTURAS

Descrição da(s) solução(ões) adoptada(s)

• Não aplicável

Coefficiente de transmissão térmica superficial (U) em W/m².K

da solução	máximo regulamentar

#### PAVIMENTOS

Descrição da(s) solução(ões) adoptada(s)

• Não aplicável

Coefficiente de transmissão térmica superficial (U) em W/m².K

da solução	máximo regulamentar

#### PONTES TÉRMICAS PLANAS

Descrição da(s) solução(ões) adoptada(s)

• Não aplicável

Coefficiente de transmissão térmica superficial (U) em W/m².K


da solução	máximo regulamentar

### 6. VÃOS ENVIDRAÇADOS

Entidade gestora



Entidade licenciada



Direcção Geral  
de Energia e Geologia

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE  
 Agência de apoio à Câmara de Comércio e Indústria de Lagos

## ANEXO IV

## Valores do parâmetro S

## Valores de referência para o cálculo da classe energética

## Perfil Dinâmico

	Aquecimento + Arrefecimento		Só aquecimento	
	IEE <sub>ref, novos</sub>	S	IEE <sub>ref, novos</sub>	S
Hipermercados . . . . .	110	58	93	49
Vendas por Grosso . . . . .	35	18	27	13
Supermercados . . . . .	70	30	55	23
Centros Comerciais . . . . .	95	60	58	36
Pequenas lojas . . . . .	35	26	31	21
Restaurantes . . . . .	120	33	120	31
Pastelarias . . . . .	140	58	122	31
Pronto a comer . . . . .	170	52	159	31
Hotéis de 4 ou mais estrelas . . . . .	45	24	30	14
Hotéis de 3 ou menos estrelas . . . . .	25	18	19	12
Cinemas e teatros . . . . .	10	6	7	3
Discotecas . . . . .	40	17	17	7
Bingos e Clubes Sociais . . . . .	15	11	14	10
Clubes desportivos c/ piscina . . . . .	25	17	17	14
Clubes desportivos s/ piscina . . . . .	20	16	17	14
Escritórios . . . . .	35	15	30	12
Sedes de bancos e Seguradoras . . . . .	45	19	38	16
Filiais de Bancos e Seguradoras . . . . .	35	19	26	14
Comunicações . . . . .	30	16	28	14
Bibliotecas . . . . .	15	12	11	8
Museus e Galerias . . . . .	15	11	10	6
Tribunais, Ministérios e Câmaras Municipais . . . . .	15	11	14	10
Estabelecimentos Prisionais . . . . .	20	13	17	10
Estabelecimentos de Ensino . . . . .	15	10	13	8
Estabelecimentos de Saúde c/ Internamento . . . . .	40	18	31	14
Estabelecimentos de Saúde s/ Internamento . . . . .	30	14	21	9

## Perfil Estático

	Nº horas utilização/dia		IEE <sub>ref, novos</sub>	S
Estacionamento . . . . .	10	Segunda a Sexta	12	4
	9	Todos os dias	15	5
	+ de 10	Todos os dias	19	6
Cozinhas . . . . .	6	Segunda a Sexta	121	5
	8	Segunda a Sexta	159	9
	6	Todos os dias	174	10
Lavandarias . . . . .	6	Segunda a Sexta	218	7
	8	Segunda a Sexta	316	9
	7	Todos os dias	15	5
Armazéns . . . . .	7	Todos os dias	15	5
	9	Todos os dias	19	7

## ANEXO V

## Repartição da responsabilidade pelo conteúdo técnico numa DCR ou CE do Tipo B entre peritos qualificados RSECE nas vertentes Energia e QAI

No caso de DCR ou CE do tipo B, pode existir a intervenção conjunta de dois peritos diferentes, um de RSECE-Energia e outro de RSECE-QAI, a trabalhar em equipa.

No entanto e na prática, o preenchimento dos dados na área de acesso reservado do SCE apenas pode ser efectuado por um deles, designado de líder de equipa, havendo depois necessidade de aprovação, pelo outro membro da equipa, de parte da informação constante na DCR ou CE sobre a qual tem responsabilidade.

**CERTIFICADO DE DESEMPENHO ENERGÉTICO E DA QUALIDADE DO AR INTERIOR** | Nº CER: TEMP000001044514  
 Nº do perito qualificado: PG20088 | Data de emissão: 03/03/2008 | Data de validade: 03/03/2018

**Factor solar**

Descrição da(s) solução(ões) adoptada(s)\*  
 • Não aplicável

**7. SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO**

SUBSISTEMA DE PRODUÇÃO DE ENERGIA TÉRMICA

Descrição da(s) solução(ões) adoptada(s)  
 •

SUBSISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA TÉRMICA (CALOR OU FRIJO)

Descrição da(s) solução(ões) adoptada(s)  
 •

SUBSISTEMA DE EMISSÃO/DIFUSÃO DE ENERGIA TÉRMICA (CALOR OU FRIJO) NOS ESPAÇOS TRATADOS

Descrição da(s) solução(ões) adoptada(s)  
 •

OUTRAS CARACTERÍSTICAS RELEVANTES DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO (DETERMINANTES NA ECONOMIA DE ENERGIA, CONFORTO E QUALIDADE DO AR INTERIOR)

Descrição da(s) solução(ões) adoptada(s)  
 •

**8. PREPARAÇÃO DE ÁGUAS QUENTES SANITÁRIAS (AQS)**

SISTEMAS CONVENCIONAIS (USAM ENERGIA NÃO RENOVÁVEL)

Descrição da(s) solução(ões) adoptada(s)  
 • Não aplicável

**9. SISTEMAS DE APROVEITAMENTO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS**

SISTEMA DE COLECTORES SOLARES PARA PRODUÇÃO DE ÁGUA QUENTE SANITÁRIA

Descrição da(s) solução(ões) adoptada(s)  
 • Não aplicável

OUTROS SISTEMAS DE APROVEITAMENTO DE FONTES DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

Descrição da(s) solução(ões) adoptada(s)  
 • Não aplicável

**10. CAUDAIS DE AR NOVO POR ESPAÇO**

Descrição do espaço

Caudal de ar novo  
 da solução | máximo regulamentar

• Não aplicável

**OBSERVAÇÕES E NOTAS AO PRESENTE CERTIFICADO ENERGÉTICO E DA QUALIDADE DO AR INTERIOR**

Neste contexto, definem-se na tabela seguinte os campos da DCR ou CE cuja responsabilidade sobre a informação neles contida é dos peritos qualificados de RSECE — Vertente Energia e RSECE — Vertente QAI. No caso de campos cuja responsabilidade possa ser de qualquer um dos dois peritos e uma vez que o documento é sempre verificado previamente por ambos, considera-se um princípio da co-responsabilidade.

N.º	Título do campo da DCR/CE do Tipo B	Perito RSECE Vertente Energia	Perito RSECE Vertente QAI
0	Identificação do imóvel . . . . .	X	X
1	Etiqueta de desempenho energético . . . . .	X	-
2	Qualidade do Ar Interior . . . . .	-	X
3	Descrição sucinta do imóvel . . . . .	X	X
4	Propostas de medida de melhoria . . . . .	X (*)	X (*)
5	Paredes, coberturas, pavimentos e p. térm. planas. . . . .	X	-
6	Vãos envidraçados . . . . .	X	-
7	Sistema de climatização. . . . .	X	-
8	Iluminação (interior e exterior) . . . . .	X	-
9	Preparação de águas quentes sanitárias (AQS). . . . .	X	-
10	Outros consumos (incluindo equipamentos). . . . .	X	-
11	Sistemas de aproveitamento de energias renováveis. . . . .	X	-
12	Caudais de ar novo por espaço. . . . .	-	X
13	Concentração dos principais poluentes do ar interior. . . . .	-	X
14	Condução e manut. instalações e sist. energéticos. . . . .	X	X
15	Técnicos responsáveis . . . . .	X	X
16	Inspecções periódicas. . . . .	X	-
17	Observações e notas (**). . . . .	X (*)	X (*)

(\*) Apenas para aquela informação ou elementos que digam respeito à área de intervenção específica do perito. Em caso de dúvida nesse âmbito, considera-se responsável o líder da equipa de PQ's.

(\*\*) O líder da equipa deve indicar explicitamente, neste campo qual o outro PQ que com ele interveio no processo de certificação, identificando-o através do nome e respectivo número de PQ.

## Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologias e Inovação

### Despacho (extracto) n.º 10251/2008

Por despacho de 10 de Março de 2008 do Presidente Substituto do Conselho Directivo do INETI:

Luís Jorge Abreu Chorão de Quelhas Duarte, Assistente de Investigação, com Contrato Administrativo de Provisão no ex-INETIndustrial — nomeado definitivamente Investigador Auxiliar em lugar supranumerário do quadro de pessoal, aprovado pela Portaria n.º 592-B/93, de 15 de Junho, Escalão 1, Índice 195, na sequência da aprovação nas provas de acesso, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 219/92, de 15 de Outubro, mantido em vigor por força do disposto no artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril.

Esta nomeação produz efeitos a 15 de Fevereiro de 2008, data a partir da qual se considera rescindido o referido Contrato Administrativo de Provisão.

Isento de fiscalização prévia do T.C.

24 de Março de 2008. — A Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Michele Cambraia Branco*.

### Rectificação n.º 752/2008

Por ter saído com inexactidão a publicação inserta no D. R. 2.ª série n.º 47 de 2008/03/06, Despacho (extracto) n.º 6486/2008 (2ª série) p. 9497 rectifica-se:

Onde se Lê:

[...] no ex-INETI [...]

Deve Ler-se:

[...] no ex-INETIndustrial [...]

24 de Março de 2008. — A Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Michele Cambraia Branco*.

## Instituto Português da Qualidade, I. P.

### Despacho n.º 10252/2008

#### Certificado de reconhecimento de qualificação de instalador de tacógrafos n.º 101.25.08.6.003

Ao abrigo do artigo 8.º n.º 1 c) do Decreto-Lei n.º 291/90 de 20 de Setembro e do artigo 4.º n.º 3 do Decreto-Lei n.º 272/89 de 19 de Agosto e para os efeitos do n.º 18 da Portaria n.º 625/86 de 25 de Outubro, nos termos do n.º 3 da Portaria n.º 962/90 de 9 de Outubro e das disposições da Portaria n.º 299/86 de 20 de Junho, é reconhecida a qualificação à empresa:

Scania Cimpomóvel, SA  
Estrada do Viso — 3500-655 Ranhados Viseu

na qualidade de Instalador de tacógrafos, estando autorizado a realizar a 2.ª fase da Primeira Verificação e a Verificação Periódica Bial e a colocar a respectiva marca própria, em anexo, e os símbolos do controlo metrológico, nos locais de selagem previstos nos respectivos esquemas constantes dos processos arquivados no Instituto Português da Qualidade.

O presente reconhecimento de qualificação é válido por um ano, renovável após prévia auditoria.

É revogado o certificado de reconhecimento de qualificação de instalador de tacógrafos n.º 101.25.96.6.135, publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 155, de 06 de Julho de 1996.

18 de Janeiro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *J. Marques dos Santos*.



2611104290

### Despacho n.º 10253/2008

#### Certificado de reconhecimento de qualificação de Reparador e Instalador de Tacógrafos n.º 101.25.08.6.011

Ao abrigo do artigo 8.º n.º 1c) do Decreto-Lei n.º 291/90 de 20 de Setembro e do artigo 4.º n.º 3 do Decreto-Lei n.º 272/89 de 19 de Agosto e para os efeitos do n.º 18 da Portaria n.º 625/86 de 25 de Outubro, nos termos do n.º 3 da Portaria n.º 962/90 de 9 de Outubro e das disposições da Portaria n.º 299/86 de 20 de Junho, é reconhecida a qualificação à empresa:

Amaro Tavares Farinha  
Zona Industrial, Lote 7  
6150-516 Proença a Nova

na qualidade de Reparador e Instalador de tacógrafos, estando autorizado a realizar as 1ª e 2ª fases da Primeira Verificação e a Verificação Periódica Bial e a colocar a respectiva marca própria, em anexo, e os símbolos do controlo metrológico, nos locais de selagem previstos nos respectivos esquemas constantes dos processos arquivados no Instituto Português da Qualidade.

O presente reconhecimento de qualificação é válido por um ano, renovável após prévia auditoria.

É revogado o certificado de reconhecimento de qualificação de instalador de tacógrafos n.º 101.25.03.6.016, publicado no *Diário da República*, III.ª Série, n.º 119, de 23 de Maio de 2003.

11 de Março de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *J. Marques dos Santos*.